

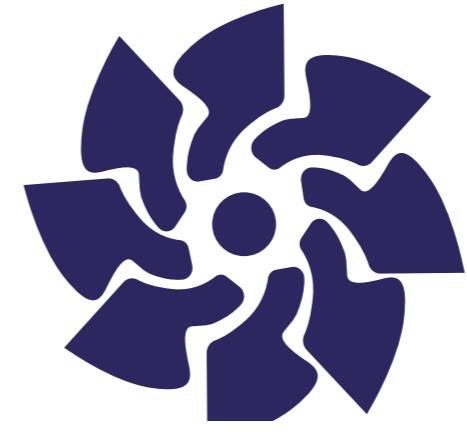


RELATÓRIO DE GESTÃO | 2025

COLEPRECOR

Colégio de Presidentes(as) e Corregedores(as)
dos Tribunais Regionais do Trabalho





RELATÓRIO DE GESTÃO | 2025
COLEPRECOR
Colégio de Presidentes(as) e Corregedores(as)
dos Tribunais Regionais do Trabalho

ÍNDICE

MENSAGEM DA DIRETORIA:

Ciclos de Esperança: Gratidão e Renovação na Jornada do Coleprecor **06**

ARTICULAÇÕES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS **08**

Coleprecor intensifica relações institucionais em defesa da Justiça do Trabalho **11**

DEBATES ESTRATÉGICOS **20**

Justiça do Trabalho acelera transformação digital com o uso da Inteligência Artificial **23**

Equidade da força de trabalho: um novo paradigma na Justiça do Trabalho **28**

Litigiosidade e precedentes: o caminho para uma Justiça do Trabalho mais previsível **32**

DEBATES DO COLEPRECOR **38**

Coleprecor propôs meta nacional de equidade racial na Justiça do Trabalho **41**

PUBLICAÇÃO HOMENAGEIA ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA E REÚNE ARTIGOS SOBRE O DIREITO DO TRABALHO **52**

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025 - CANELA (RS) **54**

Debates sobre competência e reafirmação da Justiça do Trabalho marcam abertura da 5ª Reunião do Coleprecor **57**

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025 - CUIABÁ (MT) **62**

Coleprecor inicia reunião em Cuiabá com foco em integração e valorização da Justiça do Trabalho **65**

PRESIDENTES **78**

CORREGEDORES **79**

MEMBROS DAS COMISSÕES **80**

MENSAGEM DA DIRETORIA: CICLOS DE ESPERANÇA: GRATIDÃO E RENOVAÇÃO NA JORNADA DO COLEPRECOR

Prezados membros do Coleprecor, Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais do Trabalho:

É com um profundo senso de responsabilidade e, ao mesmo tempo, com o coração transbordando gratidão, que a Diretoria se dirige a vocês neste momento de transição. A passagem de bastão, o encerramento de um ciclo e a abertura de um novo na gestão de uma instituição tão vital como o Coleprecor, representam um instante de reflexão e reverência, um verdadeiro testemunho do amadurecimento que nossa entidade alcançou.

Ao longo de nossa gestão, tivemos o privilégio de dar continuidade a um trabalho exemplar, construído por aqueles que nos antecederam. Essa perene sucessão de lideranças é a força motriz que impulsiona o Coleprecor, reafirmando que o caminho da evolução é sempre coletivo. Cada passo, cada conquista, cada diálogo frutífero com os demais Poderes e instituições, e a defesa incansável da Justiça do Trabalho, foram resultados de um esforço conjunto, de sinergias que floresceram em meio aos desafios.

Recordamos as palavras de Carlos Drummond de Andrade, que, em sua poética sobre o tempo, nos oferece uma bela metáfora para a dinâmica de nossas gestões:

"Quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias, a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial. Industrializou a esperança, fazendo-a funcionar no limite da exaustão. Doze meses dão para qualquer ser humano se cansar e entregar os pontos. Aí entra o milagre da renovação e tudo começa outra vez, com outro número e outra vontade de acreditar que daqui para diante tudo vai ser diferente."

Essa "industrialização da esperança" descreve com eloquência o ritmo e a resiliência de nossa missão. Chegamos ao fim de nosso período talvez próximos à exaustão, mas a verdadeira beleza reside na certeza do "milagre da renovação" que agora se inicia, com uma nova Diretoria assumindo o leme, carregada de energia e com uma "vontade de acreditar que daqui para diante tudo

vai ser diferente". É essa fé inabalável no porvir que nos fortalece.

Neste fluir contínuo de propósitos, a essência do Coleprecor transcende as administrações, como nos ensina Jorge Luís Borges em sua "Arte Poética":

"Fitar o rio feito de tempo e água e recordar que o tempo é outro rio, saber que nos perdemos como o rio E que os rostos passam como a água. (...) Também é como o rio interminável que passa e fica e é cristal de um mesmo Heráclito inconsante, que é o mesmo e é outro, como o rio interminável."

Assim como o rio de Borges, o Coleprecor é "interminável": nossos rostos, enquanto Diretoria, passam como a água, mas a instituição "fica", um cristal constante que se renova, mantendo sua essência imutável na defesa dos valores da Justiça do Trabalho. Nossa passagem foi uma jornada de profunda dedicação, marcada pela busca incessante de uma Justiça mais robusta, dialogando com todos e valorizando a missão precípua de proteger os direitos dos trabalhadores.

Levamos conosco uma gratidão imensa por cada alma que se dedicou a esta causa, por cada membro do Coleprecor que, com seu apoio e engajamento, tornou esta caminhada tão rica e significativa. Concluímos nossa gestão com a alma leve, sabendo que as sementes plantadas continuarão a germinar.

À nova gestão, que agora assume a nobre tarefa de conduzir o Coleprecor, estendemos nossos mais sinceros votos de êxito. Que a paixão, a sabedoria e a união continuem a ser as bússolas que os guiam, e que possam colher frutos ainda mais abundantes na incessante busca por uma Justiça do Trabalho cada vez mais forte, respeitada e efetiva.

Com os mais elevados sentimentos de respeito e esperança,

A Diretoria do Coleprecor



A black and white photograph of a group of approximately 30 people in a large conference room. They are seated in rows of blue upholstered chairs, facing a stage area. On the stage, a man in a suit stands behind a podium, gesturing with his hands as if speaking. The room has a high ceiling with recessed lighting and a balcony level above.

ARTICULAÇÕES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

COLEPRECOR INTENSIFICA RELAÇÕES INSTITUCIONAIS EM DEFESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Ao longo da gestão 2025, a diretoria do Coleprecor promoveu o diálogo com os três Poderes e entidades da sociedade civil para fortalecer a competência e a relevância da Justiça do Trabalho no cenário nacional.



Presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso e presidente do TST, ministro Aloysio da Veiga, na abertura da primeira reunião de 2025 do Coleprecor, em Brasília (DF)

A diretoria do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor), gestão 2025, encerra as atividades à frente da entidade com uma marca central: a construção de pontes institucionais. Foram realizadas reuniões estratégicas com representantes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, além de diálogos com setores da sociedade civil, sempre com o objetivo de reforçar a competência da Justiça do Trabalho e destacar seu

papel essencial para a garantia de direitos no Brasil.

Sob a liderança da presidente, desembargadora Adenir Carruesco, a entidade realizou um extenso trabalho de articulação, reforçando o papel dos tribunais regionais do trabalho (TRTs) na proteção dos direitos trabalhistas e na promoção de um Judiciário eficiente, acessível e alinhado às demandas sociais.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO



Presidente do TST e CSJT e corregedor-geral da JT, ministros Aloysio da Veiga e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, entre os membros da diretoria do Coleprecor.

A atuação estratégica do Coleprecor foi especialmente destacada nas frequentes reuniões com a alta cúpula do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A diretoria manteve diálogo constante com o então presidente do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, e o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho.

Esses encontros abordaram temas administrativos e orçamentários, além de discussões sobre a necessidade de aprimorar a atuação da Justiça do Trabalho por meio da modernização de processos e decisões. O Coleprecor colaborou ativamente nas discussões sobre a construção de uma cultura de precedentes. A relação com o presidente do TST foi marcada por uma agenda produtiva e de alinhamento estratégico, visando a consolidação de uma Justiça do Trabalho mais rápida e eficaz.



Reunião da diretoria do Coleprecor com o presidente do TST, ministro Aloysio da Veiga, em maio de 2025. Pauta: alinhar discursos e ações em prol da valorização da Justiça do Trabalho.

Além das reuniões específicas, o ministro Aloysio da Veiga esteve presente em quase todos os encontros de 2025 do Colégio, momento em que detalhava as principais ações de sua gestão.

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho também foi um interlocutor essencial nas discussões sobre o aprimoramento das práticas de fiscalização e o fortalecimento das corregedorias regionais, fundamentais para o controle

da qualidade e da transparência no Judiciário trabalhista. A atuação conjunta com o TST garantiu avanços significativos no processo de reestruturação e modernização da Justiça do Trabalho.

REUNIÕES NO EXECUTIVO E SENADO FEDERAL



Reunião com o senador Paulo Paim (PT-RS)

O Coleprecor também se destacou na articulação com o Congresso Nacional e o Poder Executivo, buscando estabelecer uma rede de cooperação com líderes políticos do Brasil. Em maio de 2025, a presidente do Coleprecor, desembargadora Adenir Carruesco, e a vice-presidente, desembargadora Laís Helena Jaeger Nicotti, realizaram encontros com os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Jayme Campos (União-MT), além de ministros do Executivo.

A reunião com o senador Paulo Paim tratou do fortalecimento da Justiça do Trabalho e de audiência pública no Senado para discussão sobre a “pejotização”, prática de contratar trabalhadores como pessoas jurídicas. A agenda também abordou questões como a adequação das leis trabalhistas às novas dinâmicas do mercado de trabalho.



Reunião com o senador Jayme Campos (União - MT)

Além disso, a visita ao ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e à ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, foi crucial para alinhar o Coleprecor com as políticas públicas voltadas para a proteção do trabalho digno e a promoção dos direitos sociais. Os debates com esses líderes políticos reforçaram a necessidade de estreitar a colaboração entre os tribunais e o Executivo para enfrentar os desafios do mundo do trabalho.



Reunião com os ministros do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e Macaé Evaristo, dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)



Visita à Confederação Nacional da Indústria (CNI) tratou de temas de interesse dos empresários e trabalhadores e sobre a destinação de recursos de ações trabalhistas.

A aproximação com o setor produtivo também foi uma prioridade da gestão 2025 do Coleprecor. Em julho de 2025, a presidente Adenir Carruesco e outros membros da diretoria realizaram uma visita institucional à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Durante o encontro, foram discutidas questões de interesse comum entre a Justiça do Trabalho e o setor industrial, com foco na melhoria dos mecanismos de destinação de recursos oriundos de ações trabalhistas, no contexto das políticas públicas

voltadas à promoção do trabalho decente e da cidadania.

A visita à CNI consolidou o compromisso do Colegiado de Presidentes e Corregedores com a promoção do diálogo entre as instituições da Justiça do Trabalho e os setores produtivos, a fim de estabelecer soluções que beneficiem tanto trabalhadores quanto empregadores, sempre com o objetivo de garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas.

PRESIDENTE DA CÂMARA, HUGO MOTTA



Reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). Pauta foi a defesa da competência da Justiça do Trabalho.

Outro momento relevante da gestão foi a reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), realizada em maio de 2025. O encontro teve como principal pauta a defesa da competência da Justiça do Trabalho, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento de vínculo empregatício em casos de “pejotização”.

Durante a reunião, a presidência do Coleprecor

destacou os impactos que a retirada da competência da Justiça do Trabalho para lidar com tais questões poderia ter sobre os direitos trabalhistas e sobre a arrecadação previdenciária. A conversa com o presidente da Câmara foi uma oportunidade para aprofundar a compreensão sobre os desafios legislativos e buscar soluções conjuntas que garantam a integridade da Justiça do Trabalho e a efetividade dos direitos dos trabalhadores.



Encontro contou com a presença da administração do Tribunal Superior do Trabalho (TST), incluindo o presidente, ministro Aloysio Corrêa da Veiga; o vice-presidente, ministro Mauricio Godinho, e o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho à época.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Ministro Luís Roberto Barroso na abertura dos trabalhos do Coleprecor em 2025. O presidente do STF falou de sua admiração pela Justiça do Trabalho e seu papel fundamental em um país com grandes desigualdades.

Em 2025, o Coleprecor manteve estreitas relações com o Supremo Tribunal Federal (STF), reforçando o papel da Justiça do Trabalho em um cenário de constantes transformações sociais e econômicas. Nesse contexto, a primeira reunião do ano do Colégio contou com a presença do então presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso.

O magistrado expressou satisfação em participar novamente do evento e destacou sua admis-

ração pela Justiça do Trabalho, especialmente por seu papel fundamental em um país com grandes desigualdades.

Entre os temas tratados, o ministro abordou a resolução que permite a homologação judicial de acordos trabalhistas. Barroso explicou que mais de 50% das reclamações trabalhistas envolvem a rescisão do contrato de trabalho, e que a iniciativa visa garantir segurança jurídica e evitar a prática de não pagamento de obriga-



ções por parte dos empregadores. É uma forma de preservar a competência da Justiça do Trabalho e enfrentar a indústria de judicialização".

O ministro também apontou a preocupante epidemia de litigiosidade no Brasil, com mais de 80 milhões de processos em tramitação. Destacou que os principais focos dessa litigiosidade estão nas áreas tributária, previdenciária, saúde, trabalho e funcionalismo público. Ressaltou que medidas foram tomadas, como a redução de oito milhões de execuções fiscais e a unificação de laudos periciais no INSS para simplificar processos.

Outro tema abordado por Barroso foi o incentivo à diversidade no Judiciário, por meio da criação de um programa de bolsas para candidatos negros, que concede suporte financeiro e cursos preparatórios para concursos. O ministro também ressaltou os avanços na implementação da resolução que trata da paridade de gênero.



Ele também enfatizou a importância da padronização das ementas jurídicas para facilitar o trabalho com precedentes e melhorar a comunicação com a sociedade. O modelo proposto pelo CNJ inclui uma estrutura simples com cinco parágrafos, abrangendo o caso em exame, a questão jurídica, o fundamento da decisão, a conclusão e as referências legais.

COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

A presidente do Coleprecor, desembargadora Adenir Carruesco, destacou, na abertura da reunião, a importância do fortalecimento dos laços institucionais e da cooperação entre os diversos órgãos da Justiça do Trabalho. Ressaltou a responsabilidade coletiva de manter a Justiça especializada alinhada às demandas da sociedade brasileira.



"Estamos convictos da importância do diálogo e da cooperação deste colégio com os demais órgãos", afirmou a desembargadora, citando o STF, o TST, o CNJ e o CSJT, além das casas legislativas e do Poder Executivo.

Conforme a magistrada, essa atuação conjunta permite a troca de experiências, o aperfeiçoamento de práticas e a busca por soluções inovadoras para os desafios cotidianos da Justiça do Trabalho.

"Nosso compromisso inegociável é com a cooperação institucional e o fortalecimento dos laços que nos unem", pontuou.



Presidente do Coleprecor, Adenir Carruesco, fala em nome do Coleprecor durante reunião convocada pelo novo presidente do STF, ministro Edson Fachin.

MINISTRO EDSON FACHIN

A articulação com o STF se manteve após a troca da administração na Corte Superior. Ainda antes da posse, a diretoria do Coleprecor se reuniu com o ministro Edson Fachin. Com caráter institucional, o encontro buscou estreitar a comunicação e a aproximação com órgãos superiores. Na pauta, estiveram temas como o mundo do trabalho, a essencialidade e a competência da Justiça do Trabalho, além das demandas relacionadas às transformações tecnológicas e seus impactos na vida social.

A diretoria também esteve presente na posse do ministro, ocorrida em setembro, e participou da reunião convocada por Edson Fachin com os presidentes de todos os tribunais brasileiros. O encontro marcou o primeiro dia de sua gestão e teve como objetivo reforçar o diálogo entre os órgãos da Justiça brasileira.

Durante o encontro, a presidente do Coleprecor, desembargadora Adenir Carruesco, se pronunciou em nome dos tribunais regionais do trabalho.

Ela destacou a importância da reunião como marco de unidade do Judiciário e ressaltou o papel das ações sociais do Poder Judiciário na promoção da equidade racial e de gênero. A desembargadora também enfatizou o papel da Justiça do Trabalho na garantia de direitos fundamentais e na preservação de sua competência constitucional para assegurar a proteção nas relações laborais.

O ministro Fachin reconheceu as transformações profundas no mundo laboral e observou que muitas das controvérsias sobre o tema chegam ao STF. Ele ressaltou, no entanto, que esses desafios não podem servir de pretexto para enfraquecer ou desautorizar o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Fachin reafirmou que sua gestão será "uma trincheira de resiliência e de compromisso com o fortalecimento da Justiça do Trabalho", lembrando que a atuação do TST deve seguir orientada pela missão constitucional de assegurar a proteção de direitos e a efetividade das garantias trabalhistas.



Visita ao ministro Edson Fachin, na véspera de sua posse como presidente do STF. Pauta incluiu o fortalecimento da Justiça do Trabalho





**DEBATES
ESTRATÉGICOS**

JUSTIÇA DO TRABALHO ACELERA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL COM O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Em 2025, a Inteligência Artificial esteve no centro das discussões do Coleprecor, que acompanhou o avanço das ferramentas tecnológicas em TRTs de todo o país.



A Inteligência Artificial (IA) foi um dos grandes temas debatidos ao longo das reuniões do Colegião de Presidentes(as) e Corregedores(as) dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor) em 2025. Em um ano marcado pela consolidação de ferramentas tecnológicas e pelo fortalecimento da cultura de inovação, presidentes e corregedores dos TRTs discutiram a incorporação da IA ao cotidiano da Justiça do Trabalho, com foco na produtividade, transparência e segurança.

Os debates mostraram um cenário em que a tecnologia, antes vista com cautela, passou a ser tratada como uma aliada estratégica para reduzir tarefas repetitivas e permitir que juízes

e servidores se dediquem às atividades intelectuais e decisórias. As experiências compartilhadas ao longo do ano reforçaram um princípio comum: a Inteligência Artificial deve estar a serviço das pessoas e nunca substituí-las.

Mais do que adotar novas tecnologias, o Coleprecor demonstrou preocupação com os princípios que devem orientar seu uso: governança, transparência e responsabilidade. O uso da inteligência artificial, inicialmente utilizada como uma ferramenta de apoio, avança com o compromisso de ampliar a eficiência da Justiça, sem abrir mão da sensibilidade humana que a sustenta.

GOVERNANÇA E INOVAÇÃO



Juiz auxiliar do CSJT, Bráulio Gabriel Gusmão, fala sobre as primeiras experiências de uso de IA generativa na Justiça do Trabalho.



Auditor do TCU, Wesley Vaz Silva, falou sobre os desafios éticos e institucionais da IA

A primeira reunião do Coleprecor em 2025, realizada em fevereiro, marcou o início das discussões sobre a aplicação prática e responsável da Inteligência Artificial na Justiça do Trabalho. O juiz auxiliar do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Bráulio Gabriel Gusmão, apresentou as primeiras experiências de uso de IA generativa na instituição, destacando que a tecnologia já vinha sendo utilizada por cerca de 25% da força de trabalho.

Ele explicou que a ferramenta, desenvolvida internamente e baseada em código aberto, permite consultas rápidas sobre jurisprudência e entendimentos de magistrados. “Você pode perguntar para a IA como decide o desembargador sobre intervalo, pausa para banheiro nas telefônicas, por exemplo. Ele traz os principais acórdãos”, explicou, exemplificando o potencial de apoio à pesquisa jurídica.

O magistrado defendeu que o sucesso desses projetos depende da colaboração entre os tribu-

nais e do compartilhamento de conhecimento.

Na sequência, o auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), Wesley Vaz Silva, abordou a governança e a inovação na administração pública, com ênfase nos desafios éticos e institucionais da IA. Ele alertou para a importância de uma transição responsável e consciente: “A inteligência artificial é uma tecnologia de propósito geral, e o impacto dela é profundo. As lideranças devem garantir que seus efeitos sejam os mais benéficos possíveis para as instituições e para a sociedade”.

GALILEU

Em abril, durante a terceira reunião ordinária do Coleprecor, foi assinada uma série de acordos de cooperação técnica entre TRTs para o compartilhamento da ferramenta Galileu, desenvolvida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS). O sistema utiliza inteligência arti-



Assinatura de parceria para uso do Galileu pelos TRTs de São Paulo e de Rondônia e Acre (TRT-2 e TRT-14).

ficial para auxiliar na elaboração de minutas de sentença e acórdãos.

A iniciativa foi formalizada entre o TRT-4 (RS), o TRT-2 (SP) e o TRT-4 (RO/AC), e rapidamente despertou o interesse de outros tribunais, como os TRTs de Minas Gerais, Goiás, Alagoas e Rio Grande do Norte. O Galileu automatiza a lei-

tura de petições iniciais e contestações, organiza os tópicos da sentença e oferece subsídios como precedentes e jurisprudências aplicáveis.

Em agosto, durante nova reunião do Coleprecor em Brasília, o juiz auxiliar da Presidência do TRT-4 (RS), Rodrigo Trindade, apresentou a evolução da ferramenta, que passou a operar também na segunda instância. Segundo ele, o sistema ajuda na elaboração de relatórios e acórdãos, sugerindo estruturas de decisão e resumo

"O objetivo não é transferir qualquer tarefa decisória para a máquina, mas liberar tempo dos magistrados para atividades mais intelectuais", explicou o magistrado. O Galileu é classificado



Juiz Rodrigo Trindade, auxiliar da Presidência do TRT-4 (RS), detalha avanços do Galileu.

como ferramenta de baixo risco, exigindo validações humanas em todas as etapas. Em agosto de 2025, já era usado em cerca de 40% das minutas de sentença da 4ª Região, e sua expansão nacional seguia em curso, com treinamentos programados pelo CSJT

COOPERAÇÃO ENTRE TRTs



Assinatura de termo de cooperação para uso da solução "Vara do Trabalho integrada à Inteligência Artificial", do TRT-17 (ES), por outros regionais.

Outro destaque de 2025 foi a assinatura de um termo de cooperação entre os TRTs da 17ª (ES), 8ª (PA/AP) e 14ª Regiões (RO/AC), para compartilhamento da solução "Vara do Trabalho integrada à Inteligência Artificial", desenvolvida pelo TRT capixaba.

O sistema, em uso experimental em três varas do trabalho de Vitória, automatiza até 14 etapas processuais, incluindo o resumo da petição inicial, verificação de pedidos e checagem de dados no PJe. A tecnologia reduz para poucos minutos tarefas que antes levavam cerca de uma hora.



Apresentação da ferramenta Corisco, de IA, pelo 19º AL. A exposição ocorreu em setembro, durante a 7ª reunião do Coleprecor de 2025.

CORISCO: A IA INTEGRADA AO PJE

Em setembro, durante a sétima reunião ordinária do Coleprecor, o TRT da 19ª Região (AL) apresentou uma das soluções mais acessíveis e funcionais do ano: o Corisco Chat JT. Desenvolvido em parceria com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o sistema permite que magistrados e servidores utilizem a inteligência artificial diretamente na tela do Processo Judicial Eletrônico (PJe), sem necessidade de softwares adicionais.

Segundo o juiz auxiliar da Presidência, Emanuel Holanda Almeida, o objetivo foi criar uma ferra-

menta de uso simples e imediato: "Com poucos cliques, o usuário já pode ver a IA trabalhando em seu proveito".

O Corisco Chat JT oferece sugestões de texto, respostas automáticas e auxílio na redação de peças processuais, eliminando etapas manuais e agilizando a tramitação de processos. Lançado nacionalmente em agosto, o sistema já contava, em setembro, com mais de 4 mil usuários, entre magistrados e servidores da Justiça do Trabalho.

EQUIDADE DA FORÇA DE TRABALHO: UM NOVO PARADIGMA NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Tema recorrente em 2025, a equalização da carga de trabalho foi um eixo estratégico para fortalecer a eficiência e a isonomia na Justiça do Trabalho.



Corregedor-geral da JT, ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, fala sobre a importância da equidade da força de trabalho. Tema foi central na gestão dele como corregedor e, agora, como presidente do TST e CSJT.

A busca por equilíbrio na distribuição da força de trabalho e por uma Justiça do Trabalho mais eficiente e sustentável marcou as discussões do Colégio de Presidentes(as) e Corregedores(as) dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor) ao longo de 2025.

O tema, recorrente nas reuniões realizadas durante o ano, foi abordado como elemento central para garantir isonomia entre magistrados e servidores, qualidade na prestação jurisdicional e sustentabilidade institucional.

Mais do que uma pauta administrativa, a equa-

lização do trabalho foi apresentada como uma mudança de cultura, que valoriza a cooperação entre as unidades judiciais e busca corrigir desequilíbrios históricos na carga de processos entre varas e regiões.

Ao longo de 2025, várias experiências foram apresentadas no Coleprecor pelos tribunais como ferramenta que ultrapassa fronteiras administrativas, se tornando símbolo de um novo tempo institucional, que aposta na colaboração entre TRTs, na valorização do primeiro grau e na modernização da Justiça do Trabalho.

PROJETO SIMETRIA 15 - A JUSTIÇA EM EQUILÍBRIO

A segunda reunião do Coleprecor, em março, trouxe à pauta o projeto "Simetria 15 – Justiça em Equilíbrio", apresentado pelo TRT da 15ª Região (Campinas). A iniciativa, em fase piloto à época na Secretaria Conjunta de São José do Rio Preto, propunha uma equivalência na carga de trabalho entre magistrados de primeiro grau, por meio da redistribuição temporária de processos entre juízes com volumes distintos.

No modelo, os magistrados com menor número de casos passam a auxiliar os que receberam mais, sem que haja redistribuição entre varas. O projeto busca equilibrar a carga, melhorar a eficiência da prestação jurisdicional e reduzir a sobrecarga individual, passo concreto em direção à equidade funcional.



Apresentação do projeto Simetria 15, conduzida pela presidente do TRT-15, desembargadora A'na Paula Pellegrina Lockmann e pelo corregedor, desembargador Renan Ravel Rodrigues Fernandes.

EQUALIZAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO: O DUPLO EIXO DA 3ª REUNIÃO

Na reunião de abril, os debates se concentraram em dois temas que caminham lado a lado: equalização da carga de trabalho e uniformização da jurisprudência.

Segundo ele, "o magistrado trabalha para a instituição", uma visão que amplia o sentido de pertencimento e colaboração dentro da Justiça do Trabalho.

O então presidente do TST e do CSJT, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, defendeu que a gestão da jurisdição e a padronização de entendimentos são essenciais para garantir a celeridade e a segurança jurídica.



Presidente do TST/CSJT, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, e corregedor-geral da Justiça do Trabalho à época, ministro Luiz Philippe de Mello Filho, em fala no Coleprecor sobre equalização.

EXPERIÊNCIA GAÚCHA: TECNOLOGIA E COERÊNCIA SISTêmICA

Durante a mesma reunião, o TRT da 4ª Região (RS) apresentou um projeto de equalização da carga no 1º grau, desenvolvido a partir da média de processos distribuídos no triênio anterior.

O modelo cria limites mínimo e máximo de distribuição e utiliza a tecnologia do Juízo 100% Digital e dos Núcleos de Justiça 4.0 para redistribuir automaticamente os processos entre varas virtuais e físicas.



Juiz auxiliar da Corregedoria, Daniel de Souza Nonohay, detalhou o modelo implementado pelo TRT-4 (RS).

JURISDIÇÃO AMPLIADA NO NORTE: O MODELO DO TRT DA 14ª REGIÃO

A proposta busca coerência sistêmica e transparéncia na atuação da Corregedoria, evitando variações pontuais e assegurando maior isonomia na carga de trabalho entre magistrados. Ela foi recebida como um exemplo de inovação tecnológica aplicada à gestão judiciária, mostrando que a tecnologia pode ser aliada da eficiência e da equidade na Justiça do Trabalho.



Presidente do TRT-14 (RO e AC), o desembargador Ilson Alves Pequeno Junior falou sobre o modelo utilizado no norte do país.

Em maio, o tema voltou à baila com o TRT da 14ª Região (Rondônia e Acre), que apresentou um modelo adaptado à realidade amazônica: a criação de polos regionais com secretarias unificadas e distribuição equitativa de processos.

A proposta, baseada em ampla escuta com magistrados, servidores e entidades da Justiça, reorganiza o trabalho em três polos (Porto Velho, Rio Branco e Cone Sul) e estabelece divisões funcionais pelas fases processuais de conhecimento, de liquidação, de execução e por pesquisa patrimonial.

O desenvolvimento do modelo do TRT-14 foi acompanhado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Presente na reunião, o corregedor-geral, ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, destacou que o modelo representa um avanço estrutural, ao enfrentar desigualdades históricas na distribuição de processos entre varas.

Segundo ele, “nós não podemos mais pensar que somos ilhas isoladas. Nós somos unidades de um todo. Se o todo não funcionar bem, a nossa Justiça não vai funcionar bem”.

O juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da JT, Giovanni Olsson, definiu a equalização como uma “mudança de paradigma” na Justiça do Trabalho. Mais que redistribuição de processos, trata-se de uma nova lógica de gestão, colaborativa e transterritorial, que alia eficiência, isonomia e saúde institucional. Cada tribunal, no entanto, deve construir seu próprio modelo, ajustado às particularidades regionais, mas sempre com o mesmo objetivo: equalizar para servir melhor à sociedade.



Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, ministro Luiz Philippe Vieira de Mello.

LITIGIOSIDADE E PRECEDENTES: O CAMINHO PARA UMA JUSTIÇA DO TRABALHO MAIS PREVISÍVEL

Em 2025, o Coleprecor acompanhou o avanço da cultura dos precedentes e as discussões sobre redução da litigiosidade.



Abertura dos trabalhos em 2025. Presidentes do STF e do TST abordaram a questão da litigiosidade e dos precedentes para tornar a Justiça do Trabalho e o Poder Judiciário mais coerentes, previsíveis e acessíveis.

A redução da litigiosidade e a consolidação da cultura dos precedentes qualificados foram dois dos temas mais recorrentes nas reuniões do Colégio de Presidentes(as) e Corregedores(as) dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor) ao longo de 2025.

A preocupação comum foi tornar a Justiça do Trabalho mais coerente, previsível e acessível, reduzindo o número de processos repetitivos

e reforçando o papel institucional dos tribunais regionais como instâncias de solução definitiva de litígios.

As reuniões mostraram que o debate sobre litigiosidade e precedentes vai além de técnica judicial: ele reflete um novo modo de pensar a Justiça do Trabalho, mais colaborativa, previsível e voltada ao bem comum.

NOVO PARADIGMA: DECISÕES QUALIFICADAS E PREVISÍVEIS



Então presidente do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga abordou aquele que seria um dos seus principais legados na administração da Corte: o avanço na cultura dos precedentes.

Na primeira reunião de 2025, realizada em fevereiro, o ministro Aloysio defendeu a necessidade de uma mudança de paradigma na atuação da Justiça do Trabalho. Segundo ele, o sistema judicial precisa oferecer respostas em tempo real às demandas da sociedade, com decisões mais qualificadas e previsibilidade nas interpretações jurídicas.

“Precisamos de decisões qualificadas. A cultura de precedentes tem que ser estabelecida com urgência”, afirmou o presidente do TST, ao reforçar que segurança jurídica e redução da litigiosidade são faces de um mesmo desafio.

Na mesma reunião, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, destacou medidas adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para enfrentar a “epidemia de litigiosidade” no país.

Ele citou iniciativas como a homologação de acordos trabalhistas no momento da rescisão, a unificação de laudos periciais no INSS e o Exame Nacional da Magistratura, todas voltadas à padronização e à simplificação do sistema judicial.



Ministro Barroso disse ser importante enfrentar a “epidemia de litigiosidade”.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, na abertura da 2ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em março de 2025.

FORÇA DOS PRECEDENTES

Em março, durante a segunda reunião do Coleprecor, Aloysio Corrêa da Veiga reforçou o papel dos precedentes como ferramenta de coerência e estabilidade na Justiça do Trabalho. "Havendo um precedente estabelecido no TST, é importante que o entendimento seja aplicado já no primeiro grau", afirmou.

Para o ministro, o uso consistente de precedentes reduz o tempo de tramitação das ações e poupa recursos das instâncias superiores, permitindo que o TST se concentre em temas mais complexos e atuais.

Ele ressaltou que a adesão dos regionais é essencial: "Precisamos compreender que entendimento pessoal tem que ceder ao entendimento da maioria. Isso é o Estado Democrático de Direito."

A presidente do Coleprecor, desembargadora Adenir Carruesco, endossou o compromisso dos TRTs nesse processo: "Não somos culpados pela alta litigiosidade, mas somos responsáveis por lidar com ela."



Presidente do Coleprecor, desembargadora Adenir Carruesco endossa compromisso dos TRTs com o enfrentamento da litigiosidade.

UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA



Membros do Coleprecor durante fala do presidente do TST, ministro Aloysio da Veiga.

Na terceira reunião do ano, em abril, o tema voltou com ênfase. Aloysio destacou que uniformizar a jurisprudência é um compromisso institucional para garantir a razoável duração do processo e uma resposta qualificada à sociedade.

O ministro lembrou que a evolução do processo civil e trabalhista incorporou mecanismos como os Cejuscs (Centros de Conciliação), que reforçam a autonomia das partes e estimulam soluções consensuais.

"Casos iguais não podem ter decisões diferentes. A uniformização é o caminho para um Judiciário mais justo e efetivo", defendeu.

PRECEDENTES E JUSTIÇA SOCIAL

O debate ganhou novas perspectivas em junho, quando o desembargador Francisco Rossal de Araújo (TRT-RS) apresentou a palestra *Precedentes e negociações coletivas* durante a 5ª reunião do Coleprecor.

Rossal apontou que a unificação da jurisprudência é uma tarefa urgente e comparou seu papel ao das negociações coletivas: ambas buscam previsibilidade e estabilidade nas relações de trabalho.

"Unificar a jurisprudência não é fazer cessar o debate, é fomentá-lo", afirmou.



Desembargador do TRT-4 (RS) Francisco Rossal em palestra realizada na 5ª reunião ordinária. O magistrado falou novamente sobre o tema três meses depois, no Coleprecor de Cuiabá.



Ele também destacou que preservar o Direito do Trabalho é preservar a própria Justiça Social. “Sem Direito do Trabalho, não temos Justiça Social.”

Meses depois, em outubro, Rossal voltou ao tema na 8ª Reunião Ordinária do Coleprecor, com o painel ‘O sistema sem precedentes vinculantes e a negociação coletiva’.

Na nova exposição, o desembargador aprofundou a discussão sobre o papel dos Tribunais Regionais na aplicação dos precedentes, defendendo que “texto jurídico não é norma ju-

rídica” e que a norma só se concretiza quando aplicada ao caso concreto, a partir da atuação dos juízes e das realidades locais.

O magistrado ressaltou ainda que o direito coletivo, por nascer dos pactos firmados entre sindicatos e empregadores, desafia os limites tradicionais da teoria dos precedentes. Citou como exemplo uma cláusula coletiva que prevê multa de até dez salários mínimos para empresas que substituem porteiros por sistemas automatizados, uma demonstração da força criativa das negociações coletivas diante de novos contextos de trabalho.

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA E FORTALECIMENTO DOS TRIBUNAIS

Nas reuniões seguintes, o ministro Aloysio da Veiga consolidou a defesa do sistema de precedentes como uma das principais marcas de sua gestão à frente do TST e do CSJT.



Já caminhando para o final de sua gestão à frente do TST, o ministro Aloysio da Veiga destaca o avanço da Corte na definição de teses, consolidando a política de precedentes.

Ele reiterou que os tribunais regionais devem ser instâncias de conclusão dos processos, e não meras passagens para o Tribunal Superior.

Na 7ª reunião, em setembro, a última do ministro como presidente do TST/CSJT, reforçou a ideia de que os tribunais superiores devem atuar como cortes de precedentes, enquanto os graus ordinários concentram-se na análise dos fatos.

Em balanço de gestão, Aloysio informou que o TST alcançou 308 teses qualificadas, resultado que permite à corte dedicar-se a casos novos e controvertidos, firmando entendimentos mais profundos e debatidos. “Esse é o caminho para um Judiciário mais eficiente e previsível, capaz de oferecer respostas consistentes à sociedade brasileira”, concluiu.



Membros do Coleprecor com o ministro Aloysio da Veiga em sua última participação no colégio como presidente do TST/CSJT.teses, consolidando a política de precedentes.

PRECEDENTES COMO POLÍTICA DE SOBREVIVÊNCIA

Já no Coleprecor de Cuiabá, em outubro, o desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira (TRT-MG) apresentou palestra sobre a consolidação do sistema de precedentes. Segundo ele, o modelo é essencial para enfrentar o congestionamento dos tribunais superiores, provocado pelo elevado número de recursos.

Com dados do TRT da 3ª região (MG), o magistrado demonstrou que 72% dos recursos ordinários geram novos recursos de revista, o que inviabiliza o funcionamento pleno do TST. “O sistema de precedentes é o futuro da Justiça do Trabalho”, afirmou.

Ele destacou que a consolidação dos precedentes já produz resultados concretos: o número de processos represados no STF caiu de 150 mil em 2006 para cerca de 18 mil em 2025. Para Sebastião, “há tropeços, mas o sistema é hoje uma política de sobrevivência do Poder Judiciário”.



Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira (TRT/MG) em palestra sobre precedentes no Coleprecor de Cuiabá (8ª Reunião Ordinária).



**DEBATES DO
COLEPRECOR**

COLEPRECOR PROPÔS META NACIONAL DE EQUIDADE RACIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO



Juíza auxiliar da Presidência do TRT-23 (MT), Leda Borges de Lima.

O Colégio de Presidentes(as) e Corregedores(as) dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor) aprovou, na 2ª Reunião Ordinária de 2025, realizada em 25 de março, a proposição de uma meta nacional voltada à promoção da equidade racial nos órgãos da Justiça do Trabalho.

A sugestão foi apresentada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT), que destacou a importância de inserir a equidade racial como prioridade estratégica dos TRTs. A proposta foi acolhida pelos presidentes e corregedores do Colégio e seguiu como recomendação formal do Coleprecor ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), para posterior encaminhamento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A meta aprovada tem o seguinte enunciado: "Aumentar o Indicador de Desempenho na Promoção da Equidade Racial (IPER) em 5% em relação ao desempenho do ano anterior, ou alcançar no mínimo 50% da pontuação geral do IPER." O IPER, criado no âmbito do Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Equidade Racial,

mede o comprometimento das instituições com ações voltadas ao combate ao racismo e à redução das desigualdades.

O índice considera fatores como a participação de pessoas negras na magistratura e nos cargos de gestão, a promoção de capacitações e campanhas de sensibilização e a existência de canais para denúncias de racismo institucional. Conforme explicado na ocasião pela juíza auxiliar da Presidência do TRT-23 (MT), Leda Lima, "a proposta não cria uma nova obrigação, mas integra a equidade racial à estratégia institucional, fortalecendo o compromisso da Justiça do Trabalho com a sociedade".

A presidente do TRT de Mato Grosso e do Coleprecor, desembargadora Adenir Carruesco, ressaltou o simbolismo da medida. "Por sermos a Justiça Social, temos a responsabilidade de liderar temas que dizem respeito à inclusão e à igualdade. Essa meta é um passo concreto nessa direção", afirmou.

A presidente do TRT de Mato Grosso e do Coleprecor, desembargadora Adenir Carruesco, ressaltou o simbolismo da medida. "Por sermos a Justiça Social, temos a responsabilidade de liderar temas que dizem respeito à inclusão e à igualdade. Essa meta é um passo concreto nessa direção", afirmou.

Ao encerrar o debate, a vice-presidente do Coleprecor e corregedora do TRT do Rio Grande do Sul (TRT-4), desembargadora Laís Helena Jaeger Nicotti, reforçou a relevância da iniciativa. "Assim como o movimento pela equidade de gênero trouxe avanços, esta meta é fundamental para o fortalecimento institucional do Judiciário em um país plural e diverso. Precisamos levá-la adiante", declarou.



Presidente do TRT-23 (MT) e do Coleprecor, desembargadora Adenir Carruesco.

TRT DA PARAÍBA APRESENTA PROJETO CARBONO ZERO E ALCANÇA CERTIFICAÇÃO OURO



Presidente do TRT-13 (PB), desembargadora Herminegilda Leite Machado, e secretário Max Frederico Feitosa Guedes Pereira

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) apresentou, durante a 2ª Reunião Ordinária do Coleprecor, o Projeto Carbono Zero, que reduziu de 269 para 120 toneladas as emissões de CO₂ da instituição em um ano e passou a compensar o saldo com créditos de carbono, reflorestamento e energia renovável.

Conduzido pela presidente Herminegilda Leite Machado e pelo secretário Max Frederico Feitosa Guedes Pereira, o projeto foi certificado na categoria ouro pela Fundação Getúlio Vargas — o único tribunal do país com essa classificação.

Entre as ações, o TRT-13 substituiu a frota, priorizou etanol, modernizou sistemas de ar-condicionado e reduziu o número de impressoras.

Para compensar as emissões restantes, o Tribunal adquiriu créditos de carbono, certificados de energia renovável e plantou cinco mil árvores em áreas de preservação. O regional agora mira o escopo 3, relativo a deslocamentos e viagens, e disponibiliza o projeto aos demais TRTs interessados em replicar a iniciativa.

TRT DE MINAS GERAIS APRESENTA DATA LAKE E UNIFICA GESTÃO DE INFORMAÇÕES

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) apresentou, também na 2ª Reunião Ordinária do Coleprecor, o Data Lake, plataforma

que unifica dados de diferentes sistemas estatísticos e amplia a eficiência da análise institucional.



Presidente do TRT-3 (MG), desembargadora Denise Alves Horta, e o analista José Humberto Cruvinel Resende (por videoconferência).

A presidente Desembargadora Denise Alves Horta e o analista José Humberto Cruvinel Resende explicaram que o sistema centraliza informações de produtividade e desempenho, reduzindo a sobrecarga nas bases originais e agilizando consultas e relatórios.

O projeto, que fortalece a transparência e o uso de dados estratégicos na gestão pública, foi colocado à disposição dos demais tribunais regionais do Trabalho.

MINISTRA KÁTIA ARRUDA RECEBE COMENDA DO TRT DE MATO GROSSO



Ministra Kátia Arruda, com a faixa da comenda do TRT-23 (MT).

Encerrando a 2ª Reunião Ordinária do Coleprecor, a ministra do TST Kátia Magalhães Arruda recebeu a Comenda São José Operário, no grau Grã-Cruz, concedida pelo TRT da 23ª Região (MT).

A honraria foi entregue pela presidente do Coleprecor, Desembargadora Adenir Carruesco, em reconhecimento aos relevantes serviços

prestados pela ministra à Justiça do Trabalho e à promoção da paz social.

A ministra agradeceu a homenagem e destacou seu vínculo com o Coleprecor, do qual já foi vice-coordenadora. O ato contou com a presença dos ministros Augusto César Leite de Carvalho e Antônio Fabrício de Matos Gonçalves.

GUIDANCE: TRT-MT APRESENTA MODELO DE GESTÃO ORIENTADO POR RESULTADOS



Juiz auxiliar da Presidência do TRT-23 (MT), Ediandro Martins, e a coordenadora de Gestão Estratégica, Mônica Jesus.

O Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) apresentou, durante a 3ª Reunião Ordinária do Coleprecor, o Guidance, projeto que conecta planejamento estratégico, compromisso social e resultados institucionais.

Apresentado pelo juiz Ediandro Martins e pela coordenadora Mônica do Amaral Jesus, o modelo adota indicadores e metas baseadas em

três pilares — governança, sustentabilidade e eficiência — e busca fortalecer a transparência e a comunicação com a sociedade.

O Guidance também está alinhado à Agenda 2030 da ONU, promovendo práticas sustentáveis, redução de congestionamento processual e aumento da produtividade.

MINISTRO BALAZEIRO DESTACA IMPORTÂNCIA DO TRABALHO SEGURO E DECENTE



Ministro do TST Alberto Bastos Balazeiro.

O ministro Alberto Bastos Balazeiro, coordenador do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro, apresentou, na 3ª Reunião Ordinária do Coleprecor, palestra sobre o direito ao trabalho seguro e decente.

Ele enfatizou que o dever de proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores vale para todas as formas de vínculo, inclusive as mais precárias. Destacou ainda o uso de dados públicos, como os do Monitor do Trabalho Decente e da plataforma SmartLab, para formular políticas eficazes.

Balazeiro também defendeu o cumprimento das normas internacionais ratificadas pelo Brasil e o papel da Justiça do Trabalho na correção de situações de vulnerabilidade laboral.

TRT DE ALAGOAS APRESENTA MUTIRÃO DA VAGA INCLUSIVA



Juiz do TRT - 19 (AL) Flávio Luiz da Costa.

O Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) apresentou, na 3ª Reunião Ordinária do Coleprecor, o Mutirão da Vaga Inclusiva, projeto que já inseriu 257 pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Coordenado pelo juiz Flávio Luiz da Costa, o projeto nasceu de uma provocação feita por um advogado durante uma audiência de conciliação. A iniciativa conta com o apoio do MPT,

do Ministério do Trabalho e de entidades de defesa das pessoas com deficiência.

Nas duas edições já realizadas, mais de 600 entrevistas foram feitas, com 189 contratações imediatas e dezenas de processos seletivos em andamento. Além disso, o mutirão promoveu capacitação para empresas e orientação sobre direitos trabalhistas e previdenciários.

CSJT APRESENTA SISTEMA AUTOMATIZADO DE CARTAS PRECATÓRIAS

O juiz Bráulio Gabriel Gusmão, secretário-geral do CSJT, apresentou, durante a 4ª Reunião Ordinária do Coleprecor, o novo modelo de cartas precatórias eletrônicas.

O projeto simplifica o envio e a distribuição desses documentos entre tribunais regionais, tornando o processo automático dentro do PJe. O tempo de tramitação, que antes podia levar horas, agora é reduzido a segundos.

A novidade estará disponível na versão 2.15 do PJe, com adoção prevista ainda neste ano. O modelo unifica procedimentos e elimina etapas manuais, garantindo mais agilidade e segurança jurídica.



Secretário-geral do CSJT, juiz Bráulio Gabriel Gusmão.

SUSTENTABILIDADE EM FOCO NA 4^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEPRECOR

A 4^a Reunião Ordinária do Coleprecor, encerrada em 21 de maio de 2025, teve como destaque a pauta da sustentabilidade. O debate foi conduzido pelo corregedor do TRT- 3 (MG), desembargador Manoel Barbosa da Silva, coordenador da Comissão de Sustentabilidade do colegiado.

Os magistrados compartilharam práticas ambientais em andamento nos tribunais, com ênfase na redução do uso de papel, na eficiência energética e na responsabilidade social. Manoel Barbosa apresentou ações estruturantes do TRT mineiro, como a implantação de uma usina de microgeração de energia, cujo edital está previsto para publicação até julho, e o incentivo à impressão consciente.

O desembargador também sugeriu o fortalecimento das áreas de sustentabilidade nos TRTs e o uso de recursos provenientes de multas trabalhistas para apoiar projetos ambientais,



Desembargador Manoel Barbosa da Silva, coordenador da Comissão de Sustentabilidade.

como recuperação de nascentes e matas ciliares. “A natureza somos nós. Se ela vai para o buraco, nós vamos juntos”, afirmou. A reunião contou com relatos de iniciativas dos TRTs da Paraíba, Amazonas e Alagoas, que também desenvolvem projetos voltados à preservação ambiental.

TRT DO RIO GRANDE DO NORTE APRESENTA ESTUDO SOBRE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Durante o encerramento da 4^a Reunião Ordinária do Coleprecor, o TRT da 21^a Região (RN) apresentou o estudo “Perfil Institucional do TRT-21 (RN)”, resultado de parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O trabalho foi coordenado pelo presidente e

corregedor do regional, desembargador Eduardo Serrano da Rocha, e apresentado pelo juiz Luciano Athayde Chaves, responsável pelo Subcomitê de Pesquisas Judiciárias e Ciência de Dados. O diagnóstico traça um panorama detalhado da estrutura administrativa, produtividade e força de trabalho do Tribunal, considerando o contexto socioeconômico potiguar.



Desembargadores Amarildo, secretário-geral do Coleprecor, e Eduardo Serrano da Rocha, presidente e corregedor do TRT-21 (RN). Por videoconferência, o juiz Luciano Athayde Chaves.

A pesquisa faz parte do projeto “Governança e gestão estratégica no Poder Judiciário: uma pesquisa aplicada no TRT da 21^a Região”, realizado por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) com a UFRN. O estudo selecionou cinco pesquisadores com bolsas financeiras e contempla temas como gestão de pessoas, governança judiciária e diversidade. Segundo o TRT do Rio Grande do Norte, o resultado servirá como subsídio técnico para o aprimoramento da gestão e poderá inspirar práticas em outros regionais.

MEMBROS DO COLEPRECOR SÃO HOMENAGEADOS NOS 20 ANOS DO CSJT COM MEDALHAS COMEMORATIVAS



O presidente do TST e do CSJT, ministro Aloisio Corrêa da Veiga, entregou, em agosto, as medalhas comemorativas dos 20 anos do CSJT aos presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho do país. Além dos desembargadores e desembargadoras, também receberam a honra ministros do TST e conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A homenagem foi realizada em reconhecimento aos relevantes trabalhos e contribuições para o CSJT ao longo dos 20 anos de sua existência e fez parte da 6^a Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes(as) e Corregedores(as) dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor), que está sendo realizada nesta terça (26) e quarta-feira (27), na sede do TST.

TRT DA PARAÍBA APRESENTA FERRAMENTA DE ACESSIBILIDADE DIGITAL DURANTE 6ª REUNIÃO DO COLEPRECOR

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) apresentou, durante a 6ª Reunião Ordinária do Coleprecor, o projeto “Estou Aqui”, voltando à inclusão digital e acessibilidade no portal da Justiça do Trabalho paraibana.

A iniciativa foi exposta pela presidente do TRT-13 (PB), desembargadora Herminegilda Leite Machado, e pelo gestor de Publicação e Informação, Rômulo Araújo Carvalho. Lançada em maio de 2025, a ferramenta auxilia pessoas com deficiência — especialmente cegos, daltônicos, disléxicos, pessoas com baixa visão e surdos — a navearem com autonomia pelo site do Tribunal e plataformas como o PJ e o Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT).

No portal, um banner verde com o avatar “Estou Aqui – Acessibilidade” conduz o usuário por meio de Libras e leitura de tela. O projeto também tornou acessíveis mais de 66 mil normas internas do Tribunal e implementou o único Diário Eletrônico do país em formato HTML, o que



Gestor de Publicação e Informação do TRT-13 (PB), Rômulo Araújo Carvalho.

permite leitura automatizada por softwares de acessibilidade. “O formato PDF impede essa leitura. Com o HTML, garantimos inclusão real”, explicou Rômulo Carvalho.

MINISTRO DOUGLAS ALENCAR APRESENTA PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO DOS PORTOS BRASILEIROS

Na mesma 6ª Reunião Ordinária do Coleprecor, o ministro Douglas Alencar Rodrigues, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), apresentou os principais pontos do Projeto de Lei nº 733/2025, que propõe um novo marco regulatório para o trabalho portuário.

O ministro, que presidiu a Comissão de Juristas responsável pela proposta na Câmara dos Deputados, explicou que o objetivo é equilibrar interesses econômicos e direitos trabalhistas, promovendo um setor portuário moderno e sustentável. Entre as diretrizes do projeto estão a descentralização de competências, facilidade na contratação de trabalhadores, qualificação profissional via SEST-SENAT, fortalecimento da negociação coletiva e transição energética.

Douglas Alencar destacou a importância do diálogo interinstitucional entre o Legislativo e o Judiciário na elaboração de políticas públicas. “O novo marco legal busca unir eficiência econômica e valorização do trabalho humano, pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável do país”, afirmou.



Ministro do TST Douglas Alencar Rodrigues.

COLEPRECOR ELEGE NOVOS CONSELHEIROS REGIONAIS DO CSJT



Desembargadora Denise Horta (TRT-3)



Desembargadores Eugênio Rosa (TRT-18) e Jorge Álvaro (TRT-11)

O Colégio de Presidentes(as) e Corregedores(as) dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor) realizou, nas suas 5ª e 6ª Reuniões Ordinárias de 2025, a eleição dos novos representantes regionais no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Na 5ª reunião, foram eleitos os desembargadores Eugênio Rosa (TRT-GO) e Jorge Álvaro Marques Guedes (TRT-AM/RR), representantes das regiões Centro-Oeste e Norte, respectivamente. Eugênio destacou a importância de defender os interesses regionais e participar ativamente da definição das políticas e do orçamento da Justiça do Trabalho. Já Jorge ressaltou a necessidade de atenção especial às regiões mais distantes do país, reforçando o papel integrador do Conselho.

Durante a 6ª reunião, a presidente do TRT-3 (MG), desembargadora Denise Alves Horta, foi eleita representante da Região Sudeste, em substituição ao desembargador Carlos Cesar Carvalho (TRT-RJ), cujo mandato se encerra em setembro. A magistrada agradeceu a confiança dos colegas e afirmou o compromisso de manter a representatividade expressiva do Sudeste no Conselho. Com mais de 35 anos de carreira, Denise reafirmou sua dedicação à inovação e à eficiência administrativa na Justiça do Trabalho.

Com as novas eleições, o Coleprecor renovou parte da composição do CSJT, reforçando o compromisso dos regionais com uma gestão integrada, equilibrada e colaborativa em nível nacional.

TRT-PB APRESENTA FERRAMENTA DE GESTÃO ESTRATÉGICA OLIMPO



Em primeiro plano, a presidente do TRT-13 (PB), desembargadora Herminegilda Leite Machado.

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) apresentou, durante a 7ª Reunião Ordinária do Coleprecor, o Olimpo, ferramenta de gestão estratégica baseada em business intelligence.

O painel reúne indicadores de desempenho, metas, pendências de correções e informações de auditorias em um só ambiente.

Segundo o secretário Max Feitosa, o sistema permite uma administração mais transparente e orientada por resultados.

A presidente Herminegilda Leite Machado destacou que o projeto melhora a visualização de dados e apoia decisões estratégicas em todas as áreas do Tribunal.

TRTs COM MELHORES RESULTADOS NA CONCILIAÇÃO TRABALHISTA SÃO PREMIADOS

Os Tribunais Regionais do Trabalho que obtiveram os melhores resultados na Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2025 foram homenageados durante a 7ª Reunião Ordinária do Coleprecor.

O evento, que movimentou R\$ 2 bilhões e atendeu 471 mil pessoas, registrou 34 mil acordos em todo o país. O vice-presidente do TST, ministro Mauricio Godinho Delgado, destacou que a conciliação fortalece a economia e contribui para a pacificação social.

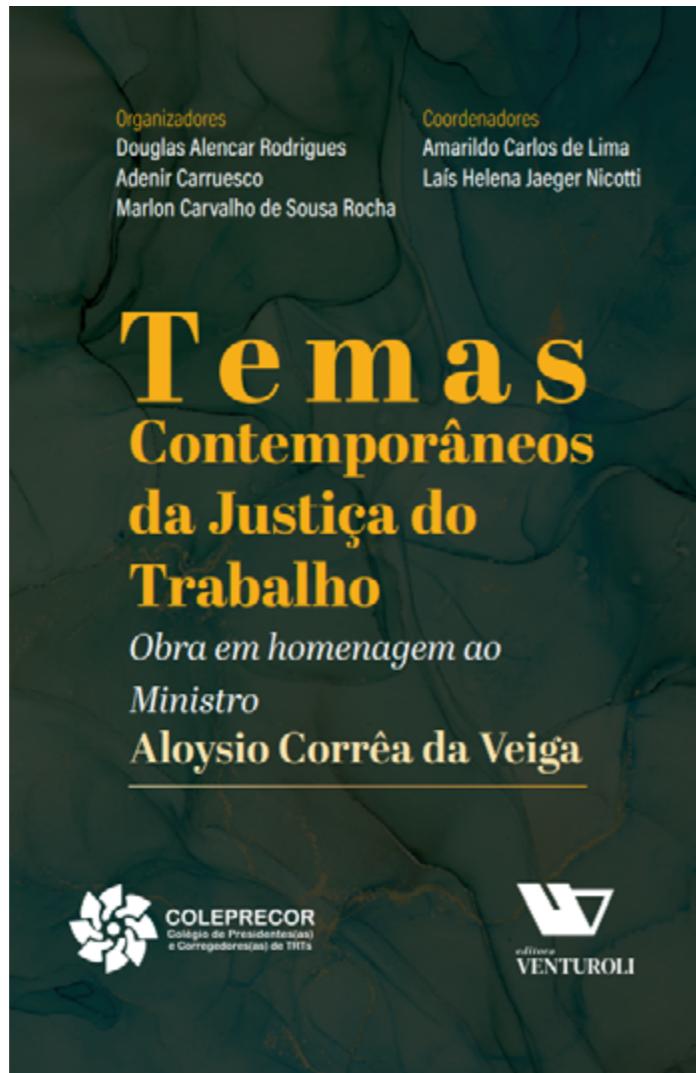
Os TRTs premiados foram: 15ª (Campinas), 2ª (SP) e 1ª (RJ) Regiões (grande porte); 9ª (PR), 5ª (BA) e 6ª (PE) (médio porte); e 23ª (MT), 17ª (ES)



PUBLICAÇÃO HOMENAGEIA ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA E REÚNE ARTIGOS SOBRE O DIREITO DO TRABALHO

Com debates sobre temas contemporâneos da Justiça do Trabalho, o Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor) lançou uma revista em homenagem ao ministro Aloysio Corrêa da Veiga. A obra coletiva foi apresentada na 9ª e última reunião ordinária da entidade, realizada nos dias 26 e 27 de novembro, em Foz do Iguaçu (PR).

A seleção de artigos científicos contou com a participação de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho de todo o Brasil e abordou temas como conciliação, precedentes, Direito Internacional, dano moral coletivo, reforma trabalhista, entre outros. Ao reunir textos de juristas renomados, a publicação cumpre um duplo propósito: presta justa homenagem a um dos grandes nomes da Justiça do Trabalho e oferece à comunidade jurídica reflexões de alta densidade técnica sobre temas atuais.



O texto de abertura ficou a cargo do ministro do TST e presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT), Alexandre Agra Belmonte. Ao abordar os principais aspectos do dano moral coletivo nas relações de trabalho, o estudo demons-

tra a relevância de mecanismos de tutela que transcendam a esfera individual, alcançando a coletividade e reafirmando o papel do Direito do Trabalho como instrumento de justiça social.

A obra foi organizada pela presidente do Coleprecor, desembargadora Adenir Carruesco; pelo ministro do TST, Douglas Rodrigues; e pelo diretor geral do TRT-23 (MT), Marlon Rocha. Já a coordenação ficou a cargo da vice-presidente do Coleprecor, desembargadora Laís Nicotti (TRT/RS), e do secretário-geral da entidade, desembargador Amarildo Lima (TRT/SC).

A publicação possui 11 artigos e conta com 21 coautores. Entre eles, o professor Valério de Oliveira Mazzuoli, a ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, juíza Roberta Ferme Sivolella, a desembargadora presidente do TRT-23 (MT) e Coleprecor, Adenir

Carruesco e o desembargador do TRT-23(MT), Aguimar Peixoto.

A revista pode ser adquirida no site da Editora Venturoli.



HOMENAGEM

Aloysio presidiu o Tribunal Superior do Trabalho (TST) por onze meses, concluídos em 25 de setembro de 2025, quando aposentou-se após 44 anos de atuação jurisdicional. Em sua gestão, ampliou o número de teses obrigatórias destinadas a pacificar a jurisprudência em todos os órgãos da jurisdição social do trabalho.

A trajetória do ex-presidente do TST é marcada por um espírito conciliador e de diálogo. Tanto na Corregedoria-Geral quanto na Vice-Presidência, Aloysio Corrêa da Veiga privilegiou a abertura de canais com instituições do Estado, empresas e sociedade na busca de soluções consensuais para os conflitos entre o capital e o trabalho.



**5^a REUNIÃO ORDINÁRIA
DE 2025 - CANELA (RS)**

DEBATES SOBRE COMPETÊNCIA E REAFIRMAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO MARCAM ABERTURA DA 5^a REUNIÃO DO COLEPRECOR



A 5^a Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes(as) e Corregedores(as) dos TRTs (Coleprecor) foi aberta na manhã do dia 17 de junho, em Canela (RS), com debates voltados à competência e à reafirmação da importância da Justiça do Trabalho. O encontro ocorreu no Instituto de Estudos Culturalistas.

A presidente do colegiado, desembargadora Adenir Carruesco, destacou que as reuniões fortalecem a integração e a busca por soluções comuns. "São espaços para debater temas relevantes e propor melhorias para todos os tribunais", afirmou. O presidente do TRT-4 (RS), desembargador Ricardo Martins Costa, agradeceu a presença dos participantes e lembrou a

solidariedade recebida após as enchentes que atingiram o estado em 2024.

O secretário-geral do Coleprecor, desembargador Amarildo Lima (TRT-SC), reafirmou a importância da Justiça do Trabalho como ramo autônomo e destacou o simbolismo do local escolhido para o encontro: uma biblioteca. "Representa nossa necessidade de permanecer e evoluir sempre", disse.

A vice-presidente do colegiado e corregedora do TRT-4 (RS), desembargadora Laís Helena Nicotti, ressaltou a importância das reuniões como espaços de construção coletiva: "Será uma jornada muito produtiva para todos".

TRT-RS APRESENTA MODELO DE TRAMITAÇÃO DE AGRAVOS INTERNOS DURANTE 5ª REUNIÃO DO COLEPRECOR



Palestra do desembargador Alexandre Corrêa da Cruz.

Durante a 5ª Reunião Ordinária do Coleprecor, realizada em 17 de junho, o vice-presidente do TRT-RS, desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, e o servidor Gustavo Martins Baini apresentaram o novo modelo de tramitação dos agravos internos implementado no regional.

A exposição detalhou a criação da Coordenação de Agravos Internos (Corai) e da Seção Especializada em Julgamentos de Agravos Internos (Sejai), instituídas para tornar mais ágil e eficiente o julgamento desses recursos, após mudanças de entendimento no TST. Segundo o desembargador, a Corai atua na análise preliminar e elaboração de minutas de despachos,

enquanto a Sejai, formada por 15 magistrados, julga os agravos de forma colegiada.

O servidor Gustavo Baini apresentou dados sobre o crescimento do volume processual após as mudanças introduzidas pela Corte Superior: de uma média de 13 agravos por mês, o Tribunal tinha recebido 30 apenas nas últimas duas semanas de maio. "Na próxima sessão, teremos 91 agravos em pauta, seis vezes mais que antes", informou. Ele também ressaltou que o fortalecimento do sistema de precedentes é essencial para garantir a sustentabilidade da Justiça do Trabalho.

JURISTA JUDITH MARTINS-COSTA CRITICA PROPOSTA DE NOVO CÓDIGO CIVIL EM PALESTRA NO COLEPRECOR

A jurista Judith Martins-Costa encerrou o primeiro dia da 5ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Canela (RS), com uma palestra sobre o Projeto de Lei 4/2025, que propõe um novo Código Civil. A especialista classificou a iniciativa como "inédita e desnecessária do ponto de vista do Direito Comparado", destacando falhas técnicas e conceituais no texto.

Para Judith, o projeto não foi debatido amplamente e apresenta "excesso de regras abertas, neologismos e inconsistência sistêmica". "O novo PL carece de conexão interna e pode gerar insegurança jurídica e aumento do custo

Brasil", alertou.

A professora explicou que um código deve ser um sistema coeso, com princípios harmônicos. "Aqui temos um texto fragmentado, com pouco debate e pressa incomum. Não é uma reforma, é um novo código", concluiu, recebendo aplausos dos presidentes e corregedores presentes no encontro.

A palestra resultou na publicação de uma Nota Pública do Coleprecor na qual os integrantes manifestaram preocupação quanto ao trâmite do PL 04/2025.



Jurista Judith Martins-Costa.

TRT DO RIO GRANDE DO SUL COMPARTILHA EXPERIÊNCIAS SOBRE PERÍCIAS OFICIAIS



Chefe da Divisão de Perícias, Marcelo Lucca.

O chefe da Divisão de Perícias Oficiais do TRT-4 (RS), Marcelo Lucca, apresentou, durante a 5ª Reunião Ordinária do Coleprecor, um panorama sobre o funcionamento e os resultados da unidade responsável pelas perícias técnicas no Tribunal.

Lucca destacou a importância de contar com servidores especializados e atualizados diante das mudanças tecnológicas. Segundo ele, a unidade realiza perícias em documentos escri-

tos, registros de jornada, atestados médicos e, mais recentemente, em materiais audiovisuais.

Com baixo índice de impugnação (5,39%), as perícias oficiais têm contribuído para a celeridade processual e a economia de recursos públicos. "Em 59% dos casos, as partes optam por acordo após o laudo. É uma prova técnica isenta e eficiente, que dá segurança ao julgamento", afirmou.

COMUNICAÇÃO E CONFIANÇA PÚBLICA SÃO TEMAS DE PALESTRA QUE ENCERROU A 5ª REUNIÃO DO COLEPRECOR



Jornalista Eduardo Matos.

A palestra 'Entre a toga e o microfone: como comunicar Justiça em tempos de ruído', ministrada pelo jornalista Eduardo Matos, assessor de comunicação do TRT-4 (RS), foi um dos destaques da 5ª Reunião Ordinária do Coleprecor.

Com 133 prêmios jornalísticos e mais de 20 anos de experiência, Matos falou da importância da comunicação acessível e transparente para o fortalecimento da imagem do Judiciário. "Se a Justiça não falar com o povo, outros falarão por ela. E nem sempre com responsabilidade", afirmou.

O palestrante defendeu o uso de linguagem simples e compreensível, evitando jargões técnicos. Também abordou temas como a presença de magistrados nas redes sociais, a relação entre assessorias e imprensa e os riscos da desinformação. "Mais do que ser, é preciso parecer ser. A autoridade do juiz precisa ser traduzida para o ambiente digital, sem perder a sobriedade", concluiu.

"SEM DIREITO DO TRABALHO NÃO HÁ JUSTIÇA SOCIAL", AFIRMA DESEMBARGADOR FRANCISCO ROSSAL

A manhã de 19 de junho de 2025 foi marcada pela palestra do desembargador Francisco Rossal de Araújo (TRT-RS), que encerrou os debates jurídicos da 5ª Reunião do Coleprecor, em Canela (RS). O magistrado discutiu os desafios atuais da Justiça do Trabalho e a importância da unificação de precedentes e fortalecimento das negociações coletivas.

"Nosso desafio é a sobrevivência do Direito do Trabalho", afirmou. "Sem Justiça Social, não há país equilibrado. Precisamos fugir do radicalismo e propor soluções concretas."

Rossal explicou que a negociação coletiva exerce papel semelhante ao dos precedentes em outros ramos do direito, pois contribui para uniformizar entendimentos. "Unificar não é encerrar o debate, é qualificá-lo. Se não dissermos o que é, alguém dirá por nós", ressaltou.



Desembargador Francisco Rossal de Araújo.



**8^a REUNIÃO ORDINÁRIA
DE 2025 - CUIABÁ (MT)**

COLEPRECOR INICIA REUNIÃO EM CUIABÁ COM FOCO EM INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO



Diretoria do Coleprecor, no Pleno do TRT-23 (MT).

A 8ª Reunião Ordinária do Coleprecor foi aberta no dia 21 de outubro, no plenário do TRT de Mato Grosso (TRT-23), em Cuiabá, com discursos que ressaltaram a cooperação institucional e as prioridades do colegiado.

A presidente do Coleprecor e do TRT-23 (MT), desembargadora Adenir Carruesco, enfatizou que o desenvolvimento econômico deve caminhar com a proteção social: “É papel da Justiça do Trabalho assegurar que o progresso reflete na vida de quem constrói a riqueza: trabalhadores e trabalhadoras”.

A vice-presidente, desembargadora Laís Helena Jaeger Nicotti (TRT-RS), destacou a pauta do dia (precedentes, boas práticas e preservação digital) e a importância de alinhar estratégias nacionais.

O secretário-geral, desembargador Amarildo Carlos de Lima (TRT-SC), reforçou o caráter colaborativo do encontro, que prosseguiu com painéis, apresentações e deliberações sobre projetos institucionais.

“PRECEDENTES SÃO POLÍTICA DE SOBREVIVÊNCIA”, AFIRMA SEBASTIÃO GERALDO NA ABERTURA EM CUIABÁ



Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira.

Na abertura da 8ª Reunião do Coleprecor, em Cuiabá, o desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), defendeu a consolidação do sistema de precedentes para enfrentar o congestionamento nos tribunais superiores. Ele citou a taxa de 72% de recursos de revista diante de recursos ordinários no TRT mineiro como exemplo do impacto recursal.

O magistrado lembrou que a política de precedentes já está positivada em resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, além do Código de Processo Civil de 2015 e da Consolidação

das Leis do Trabalho. Segundo afirmou, resistências de aplicação ainda precisam ser superadas para dar efetividade ao modelo.

Ao comparar experiências, destacou que o acervo represado no Supremo Tribunal Federal caiu de 150 mil processos em 2006 para cerca de 18 mil em 2025. Para ele, a consolidação de precedentes no Tribunal Superior do Trabalho evita a projeção de milhões de processos e qualifica a decisão judicial, tornando-a previsível e estável. “É uma política de sobrevivência do Poder Judiciário”, concluiu.

RDC-ARQ: TRT DO RIO GRANDE DO SUL DESTACA PRESERVAÇÃO DIGITAL PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) apresentou, na 8ª Reunião do Coleprecor, o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RD-C-Arq), voltado à preservação de documentos judiciais e administrativos. O painel foi conduzido pelo presidente do TRT gaúcho, desembargador Ricardo Martins Costa, e pela juíza Anita Job Lübbe.

A iniciativa segue a Resolução nº 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça e combina componentes tecnológicos e normativos para assegurar autenticidade, integridade, cadeia de

custódia e acessibilidade dos registros digitais. O projeto utilizará o Archivematica para preservação e o Atom para acesso público, observando a Lei Geral de Proteção de Dados.

Segundo a juíza, a proposta foi construída de forma coletiva para os 24 tribunais trabalhistas e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), aproveitando o ecossistema comum do Processo Judicial Eletrônico. A distribuição da solução está prevista para iniciar em novembro, com implementação estimada em até seis meses, sem custo extra para os tribunais.



Presidente do TRT-4 (RS), desembargador Ricardo Martins Costa.

CULTURA MATO-GROSSENSE MARCA ENCONTRO: FLOR RIBEIRINHA APRESENTA SIRIRI E CURURU



A programação da tarde do dia 21/10, na 8ª Reunião do Coleprecor, reservou um momento para a valorização das tradições do Centro-Oeste. O Grupo Flor Ribeirinha, patrimônio cultural imaterial de Mato Grosso, apresentou o Siriri e o Cururu, ritmos que expressam a identidade cuiabana.

Reconhecido internacionalmente, o grupo levou a cultura mato-grossense a palcos de diversos países e conquistou, em 2023, o maior

festival de dança folclórica da Ásia, na Coreia do Sul. A performance integrou expressão artística e afirmação de pertencimento à pauta institucional do encontro.

A apresentação aproximou público e cultura local, reforçando que eventos nacionais também podem fomentar diversidade e inclusão cultural. O diálogo entre arte e Justiça do Trabalho contribuiu para uma experiência de integração entre autoridades, servidores e comunidade.

“TRT AMIGO” FORMALIZA REDE DE COLABORAÇÃO ENTRE REGIONAIS



Os presidentes do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), desembargador Eugênio José Cesário Rosa, e do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL), desembargador Jasiel Ivo, apresentaram o Programa TRT Amigo durante os trabalhos do Coleprecor em Cuiabá. A proposta formaliza cooperação técnica entre regionais para troca de boas práticas, treinamentos e apoio.

Representando o TRT-18 (GO), o diretor-geral Álvaro Celso Bonfim Resende e a secretária-geral da Presidência, Karla Souza Melo, detalharam visitas técnicas, capacitações cruzadas

e desenvolvimento de soluções compartilhadas. Citaram, entre as referências, o PJe-Calc e experiências de colaboração com os Tribunais Regionais do Trabalho do Pará e do Piauí.

A secretária-geral da Presidência do TRT-19 (AL), Isabela Santa Rita, e a juíza auxiliar da Presidência do TRT-18 (GO), Narayana Hannas, destacaram que a rede fortalece a imagem institucional, inovação e eficiência. Para elas, a cooperação amplia resultados concretos, como retomada de obras, modernização de instalações e aperfeiçoamento de processos.

BURNOUT E SAÚDE MENTAL NO TRABALHO: PALESTRA APONTA PREVENÇÃO E ESTRATÉGIAS



Médico do Trabalho e advogado Marcos Mendanha.

A 8ª Reunião do Coleprecor contou com palestra do médico do Trabalho e advogado Marcos Mendanha sobre transtornos mentais relacionados ao trabalho e burnout. Com base na Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da Organização Mundial da Saúde, ele explicou que burnout é uma síndrome de estresse crônico ligado ao trabalho. No entanto, a OMS não o define como doença, mas a legislação brasileira sim.

O palestrante apontou três dimensões do problema: exaustão, distanciamento em relação ao trabalho e sentimento de ineficiência. Afirmou que toda ocorrência de burnout pressupõe

nexo com o trabalho, e que a diferenciação em relação à fadiga exige análise do contexto laboral e exclusão de outros diagnósticos.

Na prevenção, indicou enfrentar sobrecarga, ampliar autonomia, reconhecer resultados, fortalecer senso de comunidade, garantir justiça organizacional e alinhar valores institucionais. Segundo ele, ambientes saudáveis reduzem faltas e elevam produtividade. Sobre prevenção do suicídio, defendeu a construção de vínculos saudáveis no trabalho, na família e na comunidade.

ROSSAL: TRTS DÃO “VIDA À NORMA” E NÃO PODEM VIRAR TRIBUNAIS DE PASSAGEM

O desembargador Francisco Rossal de Araújo, do Tribunal Regional da 4ª Região (TRT-RS) apresentou o painel “O sistema sem precedentes vinculantes e a negociação coletiva”, durante os trabalhos da 8ª Reunião do Coleprecor. O magistrado distinguiu o texto jurídico e a norma jurídica, defendendo que a norma ganha efetividade quando aplicada ao caso concreto com adequada fixação dos fatos.

Ele destacou a especificidade do direito coletivo do trabalho, que nasce fora do Estado, e exemplificou com cláusula coletiva que prevê multa de até dez salários mínimos para empre-

sas que substituírem porteiros por sistemas automatizados. Para Rossal, a negociação coletiva traduz realidades que a lei não alcança e desafia limites tradicionais da teoria dos precedentes.

O desembargador defendeu reconhecer diversidades regionais, admitindo, quando cabível, jurisprudências regionais, e alertou contra a redução dos tribunais trabalhistas a meras instâncias de passagem. Segundo afirmou, os TRTs devem valorizar a competência própria, considerando economia local, cultura e formas específicas de trabalho de cada região.



TRT DE MATO GROSSO LANÇA NOVA VERSÃO DE GAME EDUCATIVO DURANTE O COLEPRECOR



Superintendente-regional do Sesi em Mato Grosso, Alexandre Serafim.

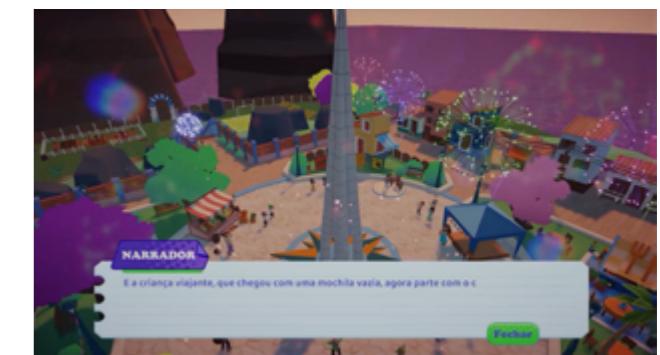
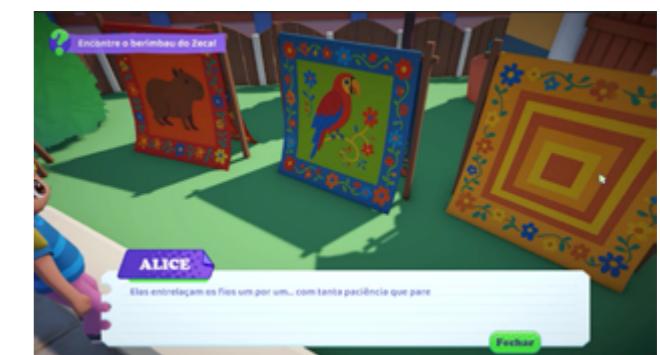
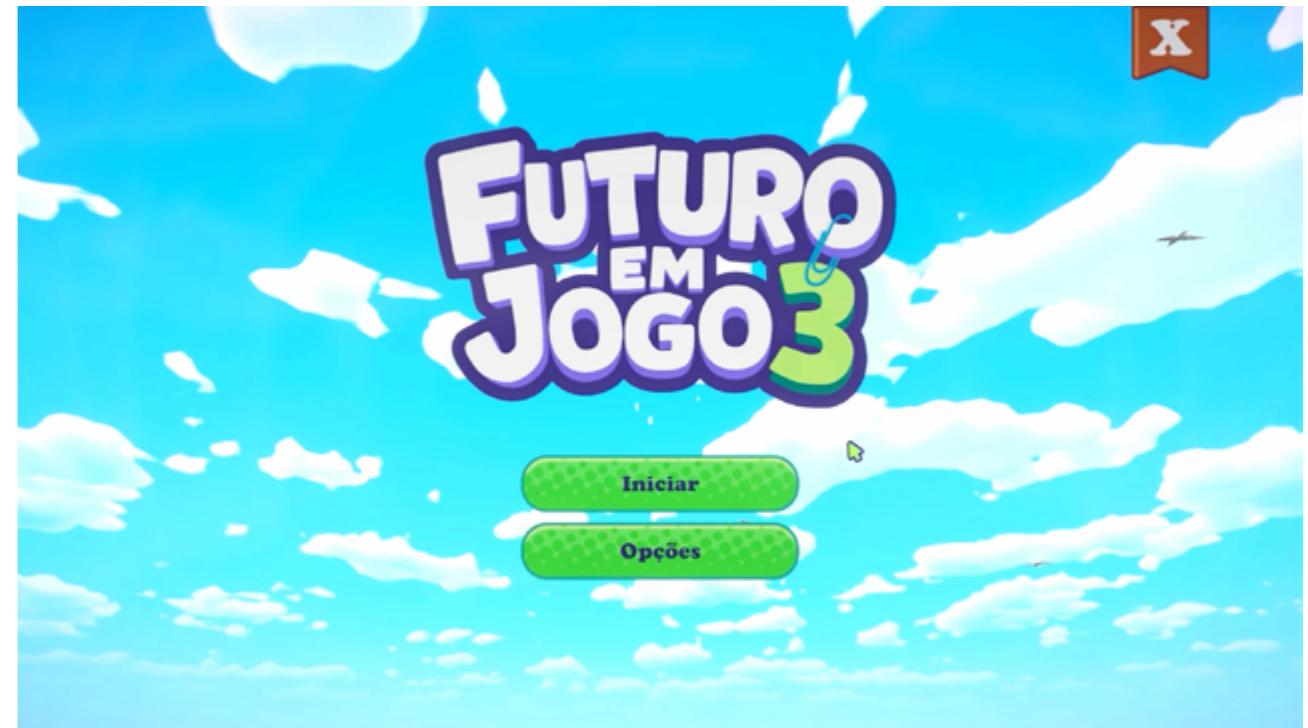
O Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT-MT) lançou, durante a 8ª Reunião do Colegiado de Presidentes e Corregedores dos Tribunais do Trabalho (Coleprecor), a nova versão do game “Futuro em Jogo”, desenvolvido em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Ministério Público do Trabalho (MPT). Voltado a crianças e adolescentes, o jogo aborda, de forma lúdica, temas como diversidade, cultura, combate ao racismo e ao trabalho infantil, com cenários inspirados na fauna e na flora mato-grossenses.

A nova versão foi apresentada pelo superintendente regional do Sesi em Mato Grosso, Alexandre Serafim, que destacou as inovações e o caráter educativo da proposta. “O jogo foi totalmente reformulado, mais interativo e com novas fases e desafios, em uma imersão na cultura e na biodiversidade do Estado. É mais uma parceria que formamos com orgulho com o TRT”, afirmou.

A presidente do TRT- 23 (MT), desembargadora Adenir Carruesco, ressaltou o potencial pedagógico do game: “É uma forma de ensinar às crianças, de maneira divertida, sobre os males do trabalho infantil e o combate ao racismo”.

De acordo com a pedagoga Simone Cruz, coordenadora da equipe de desenvolvimento, a criação do game partiu do levantamento de temas essenciais, como diversidade e equidade racial, para crianças de 8 a 14 anos. O jogo inclui elementos regionais, como o rio Cuiabá, o tuiuiú e o marco geodésico, e traz ferramentas de interação, como cronômetro e álbum de fotos, que estimulam a competição saudável e o registro da jornada do jogador.

Segundo Simone, “o processo foi construído de forma coletiva, valorizando o olhar e a experiência das próprias crianças”.



TRT DE MATO GROSSO APRESENTA AÇÕES DO PROJETO “JUSTIÇA ATIVA PELA EQUIDADE RACIAL”

O Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT-MT) apresentou as principais ações do projeto “Justiça Ativa pela Equidade Racial” (Jaer) a presidentes e corregedores dos TRTs que estiveram em Cuiabá. Criada em 2024, a iniciativa visa promover a equidade racial dentro e fora da instituição, reunindo campanhas de comunicação, ações afirmativas e programas de capacitação voltados à inclusão da população negra na magistratura e na sociedade.

A juíza auxiliar da Presidência, Leda Borges de

Lima, destacou iniciativas como o Programa de Capacitação para Pessoas Negras na Magistratura, que oferece bolsas e apoio pedagógico, e a parceria com o Coletivo Herdeiras do Quaritê, formado por mulheres da comunidade quilombola de Vila Bela da Santíssima Trindade. A magistrada também apresentou a campanha “Racismo Não! Somos 1 Só Time”, lançada em parceria com o Cuiabá Esporte Clube, a CBF e a TV Centro América. A ação foi vencedora do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2025 na categoria Campanha Institucional.



Presidente do TRT-23 (MT) e do Coleprecor, desembargadora Adenir Carruesco.



Juíza auxiliar da Presidência do TRT-23 (MT), Leda Borges de Lima.

Entre as demais ações do Jaer estão a 5ª Corrida da Justiça do Trabalho, com o tema “Muitos Tons, Uma Corrida”, e a reportagem especial “Vozes Negras”, também premiada nacionalmente. O projeto inclui ainda proposições de metas nacionais com recorte racial, como a criação do Índice de Desempenho na Promoção da Equidade Racial (Iper).

Para a presidente do TRT-23 (MT), desembargadora Adenir Carruesco, a discriminação racial é um problema social que exige ação conjunta. “Combater essa chaga requer educação, capacitação e consciência coletiva”, afirmou.

GESTÃO 2025/2026 - COLEPRECOR ELEGE NOVA DIRETORIA



Membros da atual diretoria e da diretoria eleita.

A Assembleia Geral Ordinária encerrou a 8ª Reunião do Coleprecor, em Cuiabá, com a eleição da nova diretoria para a gestão 2025/2026: A presidência será da desembargadora Herminegilda Leite Machado, do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB), a vice-presidência do desembargador Álvaro Luiz Carvalho, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), e a secretaria-geral do desembargador Jasiel Ivo, do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL).

A desembargadora Herminegilda agradeceu a confiança e defendeu uma gestão colaborativa, lembrando que o próprio nome do Coleprecor remete à cooperação. Citando o verso “o caminho se faz ao andar”, do poeta Antonio Machado, afirmou que a nova diretoria dará continuidade às entregas e deixará novas marcas para os próximos ciclos.



Presidente eleita, desembargadora Herminegilda Leite Machado (TRT-PB), e o vice-presidente eleito, desembargador Álvaro Luiz Carvalho (TRT-RJ).



Secretário-geral eleito, desembargador Jasiel Ivo (TRT-AL).

O desembargador Álvaro Luiz Carvalho ressaltou a importância da transição dialogada com a atual gestão e afirmou que o trabalho será em conjunto. Embora ausente por compromisso, o desembargador Jasiel Ivo teve sua trajetória acadêmica e institucional destacada pelos pares, como referência da magistratura trabalhista.

PRESIDENTES

CORREGEDORES



Desembargador
Roque Lucarelli
Dattoli



Desembargador
Valdir Florindo



Desembargadora
Denise Alves Horta



Desembargador
Ricardo Hofmeister
de Almeida Martins
Costa



Desembargador
Jéferson Alves Silva
Muricy



Desembargador
Ruy Salathiel de
Albuquerque e Mello V.



Desembargador
Alvaro Luiz Carvalho
Moreira



Desembargadora
Sueli Tomé da Ponte



Desembargador
Manoel Barbosa da
Silva



Desembargadora
Láis Helena Jaeger
Nicotti



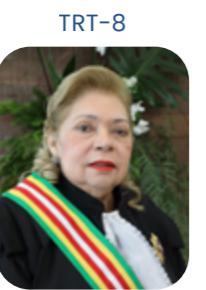
Desembargadora
Ivana Mércia Nilo de
Magaldi



Desembargador
Paulo Alcantara



Desembargadora
Fernanda Maria
Uchôa de
Albuquerque



Desembargadora
Sulamir Palmeira
Monassa de Almeida



Desembargador
Célio Horst Waldraff



Desembargador
José Ribamar
Oliveira Lima Junior



Desembargador
Jorge Alvaro
Marques Guedes



Desembargador
Amarildo Carlos de
Lima



Desembargador
João Carlos de
Oliveira Uchôa



Desembargador
Luis José de Jesus
Ribeiro



Desembargador
Benedito Xavier da
Silva



Desembargador
José Leone Cordeiro
Leite



Desembargador
Alberto Bezerra



Desembargadora
Herminegilda Leite
Machado



Desembargador
Ilson Alves Pequeno
Junior



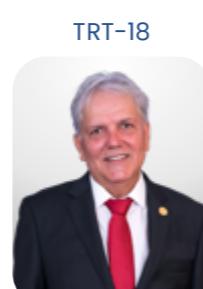
Desembargadora
Ana Paula Pellegrina
Lockmann



Desembargadora
Márcia Andreatta Farias
da Silva



Desembargadora
Alzenir Bolles de Plá
Loeffler



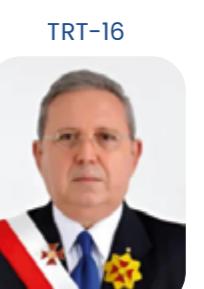
Desembargador
Eugênio José Cesário
Rosa



Desembargadora
Rita Leite Brito Rolim



Desembargador
Carlos Augusto
Gomes Lôbo



Desembargador
Renan Ravel
Rodrigues Fagundes



Desembargadora
Francisco José de
Carvalho Neto



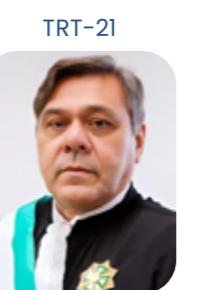
Desembargadora
Alzenir Bolles de Plá
Loeffler



Desembargador
Jasiel Ivo



Desembargador
Josenildo dos Santos
Carvalho



Desembargador
Eduardo Serrano da
Rocha



Desembargador
Téssio da Silva Tôrres



Desembargadora
Adenir Alves da Silva
Carruesco



Desembargador
Tomás Bawden de
Castro Silva



Desembargadora
Anne Inojosa



Desembargador
Josenildo dos Santos
Carvalho



Desembargador
Eduardo Serrano da
Rocha



Desembargadora
Basília Alves da
Silva



Desembargador
Tomás Bawden de
Castro Silva



**MEMBROS DAS
COMISSÕES**

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Desa Adenir Alves da Silva Carruesco
Desa Laís Helena Jaeger Nicotti
Des Amarildo Carlos de Lima
Desa Sueli Tomé da Ponte – suplente

COMISSÃO DE ESTATUTO

Des Amarildo Carlos de Lima
Des. Jasiel Ivo
Des. Eugênio José Cesário Rosa
Des. Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello
V. – suplente

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Desa Herminegilda Leite Machado
Des. José Ribamar Oliveira Lima Junior
Des. Eugênio José Cesário Rosa
Desa. Alzenir Bollesi de Plá Loeffler – suplente

COMISSÃO INFORMÁTICA E PJE

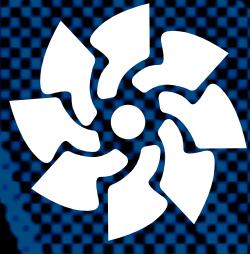
Des. Amarildo Carlos de Lima
Des. Téssio da Silva Tôrres
Desa Herminegilda Leite Machado
Des Carlos Augusto Gomes Lôbo – suplente

COMISSÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Desa. Denise Alves Horta
Des. Narbal Antônio de Mendonça Fileti
Des. Paulo Alcantara
Des. Eduardo Serrano da Rocha – suplente

COMISSÃO DE SUSTENTABILIDADE

Des. Manoel Barbosa da Silva
Desa. Alzenir Bollesi de Plá Loeffler
Desa. Iara Teixeira Rios
Des. Jorge Álvaro Marques Guedes – suplente



RELATÓRIO DE GESTÃO | 2025
COLEPRECOR

Colégio de Presidentes(as) e Corregedores(as)
dos Tribunais Regionais do Trabalho